

Anthony Giddens

**CAPITALISMO  
E MODERNA  
TEORIA SOCIAL**

 EDITORIAL PRESENÇA

ria não confere «uma qualificação especializada de profecia pessoal». O professor que procura servir-se dessa maneira da sua situação está a abusar da sua posição, tanto mais que depara com um auditório particularmente receptivo e desprovido de maturidade. Ao assumir esta posição, Weber exprime assim as suas convicções pessoais. A Universidade poderia transformar-se num fórum de discussão de valores, caso nela se verificasse «uma liberdade total da discussão dos problemas fundamentais, como possibilidade de expressão de todos os pontos de vista». Isso não acontece porém nas universidades alemãs, onde os problemas sociais e éticos básicos não podem ser livremente discutidos; enquanto as coisas se passarem assim, «parece-me que a dignidade de um representante da ciência lhe exige que *se mantenha em silêncio*, mesmo no que se refere a problemas de valor que pode discutir»<sup>28</sup>. Weber não quer dizer de modo algum que o professor universitário deva recusar-se a emitir juízos políticos e morais fora da esfera da Universidade. Pelo contrário, Weber refuta vigorosamente a falsa invocação de «neutralidade ética» fora da esfera académica. Na opinião de Weber, é tão ilícito refugiar-se numa pretensa «neutralidade» científica para se abster de exprimir as suas opções de valor no campo da política, quanto é ilegítimo pregar abertamente uma posição partidária no interior da Universidade.

De toda a maneira, é indispensável estabelecer uma distinção entre os juízos de valor emitidos por um indivíduo no seu ensino e a relação lógica entre proposições de facto e proposições de valor nas ciências sociais, diz-nos Weber. «Os problemas das disciplinas empíricas não podem, como é evidente, ser resolvidos por avaliação. Não se trata de problemas de avaliação. Os problemas das ciências sociais são porém seleccionados em função da relevância de valor dos fenómenos estudados... Na investigação empírica não há “avaliações práticas” que sejam legitimadas por esse facto estritamente lógico.»<sup>29</sup>

<sup>28</sup> MCS.

<sup>29</sup> MCS.

## CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA SOCIOLOGIA

### Sociologia interpretativa

A maioria dos ensaios metodológicos de Weber foram escritos dentro do contexto dos problemas específicos a que dedicou a sua atenção nas suas primeiras obras empíricas; constituem testemunhos de uma tentativa para quebrar as barreiras intelectuais que se punham ao pensamento legal, económico e histórico que lhe fora transmitido. Nos ensaios metodológicos, a sociologia é considerada como uma disciplina subordinada à história: os problemas principais da sociologia seriam os que possuísem um significado cultural bem definido. Weber rejeita a opinião de que generalização seria impossível nas ciências sociais, considerando porém a formulação de princípios gerais como um meio e não como um fim.

A orientação dos escritos empíricos posteriores de Weber, de modo particular da sua *Economia e Sociedade*, levou-o a modificar o ponto de vista atrás referido. Weber não renunciou, no entanto, nem à distinção lógica absoluta que estabelecera entre juízos de facto e juízos de valor, nem à tese correlacionada de que a análise de configurações históricas únicas só pode ser feita em termos de princípios gerais, dotados apenas de uma significação introdutória a tal tarefa. Em *Economia e Sociedade*, Weber começa porém a interessar-se principalmente pela definição das uniformidades da organização económica e social: isto é, pela sociologia.

A sociologia, diz-nos Weber, interessa-se pela formulação de princípios gerais e conceitos de tipo genérico, relacionados com a acção social humana; a história, pelo contrário, «orienta-se no sentido da análise e da explicação causal de acções, estruturas e personalidades específicas e culturalmente significativas»<sup>1</sup>. Trata-se, pois, de uma repetição dos pontos de vista básicos que o autor expusera nos ensaios metodológicos, e podemos dizer que quando Weber começa a interessar-se pela sociologia, o facto não pode ser atribuído a uma modificação das suas perspectivas metodológicas básicas. Alguns comentadores secundários

<sup>1</sup> ES; EC.

do pensamento de Weber têm atribuído uma importância exagerada à mudança de orientação do seu pensamento que se verificaria em *Economia e Sociedade*. Economia e Sociedade integra-se num conjunto de obras interpretativas de diferentes aspectos da economia política, escritas por vários autores em colaboração: Weber considera que a sua própria contribuição constituiria um prefácio aos volumes mais especializados da autoria dos outros colaboradores<sup>2</sup>. Definindo os objectivos de *Economia e Sociedade*, Weber afirma que a análise sociológica feita na obra não passa de uma «preparação muito modesta» mas necessária para o estudo dos fenómenos históricos específicos. «A função da história consiste em apresentar uma explicação causal dessas características específicas.»<sup>3</sup>

No seu ensaio sobre a «objectividade», Weber diz-nos que «nas ciências sociais interessamo-nos por fenómenos cuja “compreensão” empática constitui tarefa de tipo especificamente diferente daquelas que os esquemas das ciências naturais exactas podem e se propõem executar»<sup>4</sup>. Uma das principais tarefas da análise dos fenómenos sociais consiste, pois, em «tornar inteligível» a base subjectiva em que essa análise assenta; e um dos temas principais do ensaio consiste na defesa do ponto de vista de que é possível fazer uma análise «objectiva» dos fenómenos históricos e sociais, apesar do facto de a actividade humana ser de carácter «subjectivo». Por outro lado, essa subjectividade não pode ser ignorada, pelo que as ciências sociais têm de ser consideradas como distintas das ciências naturais. Ao definir em *Economia e Sociedade* a sua concepção de «sociologia interpretativa», Weber continua a insistir no significado do elemento subjectivo para a análise sociológica<sup>5</sup>.

«No sentido em que essa palavra muito ambígua é aqui utilizada», diz-nos Weber, a sociologia «será a ciência que se interessa pela compreensão e interpretação das acções sociais e portanto pela explicação causal do seu curso e consequências.»<sup>6</sup> A acção ou conduta social (*soziales Handeln*) é aquela que implica um significado subjectivo que se refere a outro indivíduo ou grupo. O significado dessa acção pode ser analisado

<sup>2</sup> A colecção de volumes intitula-se *Grundriss der Sozialökonomik*. Os autores incluem Sombart, Michels, Alfred Weber e Schumpeter. As primeiras contribuições foram publicadas em 1914, e a publicação da obra continuou até 1930, data em que foi dada por terminada. Vide Johannes Winckelmann: «Max Webers Opus Posthumum», *Zeitschrift für die gesamen Staatswissenschaften*, vol. 105, 1949, pp. 368-387.

<sup>3</sup> Carta a George von Below, Junho de 1914, citada em von Below: *Der deutsche Staat des Mittelalters* (Leipzig, 1925), p. XXIV.

<sup>4</sup> MCS; CTC.

<sup>5</sup> A análise apresentada em ES constitui uma versão revista de um ensaio anterior, «Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie», CTC (publicado pela primeira vez em 1913).

<sup>6</sup> ES; EC. Cf. Julien Freund: *The Sociology of Max Weber* (Londres, 1968), pp. 90-91.

sob dois pontos de vista: quer em função do significado concreto que a acção tem para um dado agente individual quer em função de um tipo ideal de significado subjectivo que o seu hipotético agente lhe atribua.

Não há pois, na prática, uma diferença clara entre a acção assim definida e o comportamento, que é puramente irreflexivo ou automático. Vastos sectores da actividade humana dotados de interesse sociológico ficaram fora do âmbito da acção significativa: de modo particular o comportamento de tipo tradicional. Além disso, a mesma actividade empírica pode consistir numa fusão entre elementos inteligíveis e não-inteligíveis. É o caso de algumas formas da actividade religiosa, por exemplo, que implicam experiências místicas só parcialmente inteligíveis para o cientista social que as não viveu. A análise de uma experiência não exige evidentemente uma recapitulação completa da mesma: «“não é preciso ser César para compreender César”.»<sup>7</sup>

A argumentação de Weber no que a este ponto se refere é essencial para a compreensão da sua obra geral. Se bem que reconheça que o significado subjectivo é uma componente básica de muitas condutas humanas, Weber defende o ponto de vista de que o intuicionismo não é a única doutrina que nos permite estudar essa conduta subjectiva; pelo contrário, a sociologia interpretativa pode e deve basear-se em técnicas fixas de interpretação do significado, que podem assim ser comprovadas de acordo com os cânones convencionais do método científico. Segundo Weber, essas técnicas podem consistir na compreensão racional das relações lógicas que são parte constituinte do enquadramento subjectivo do agente, ou numa compreensão de tipo mais emotivo-simpático. A compreensão racional é mais complexa e precisa quando o agente utiliza o raciocínio matemático ou a lógica formal. «Compreendemos perfeitamente o que significa a proposição  $2+2=4$  ou o teorema de Pitágoras, quando essa proposição ou esse teorema são utilizados por alguém num raciocínio ou numa discussão, assim como compreendemos a pessoa que faz um raciocínio lógico em função das normas de pensamento que consideramos aceitáveis.»<sup>8</sup> Não é, no entanto, possível estabelecer uma relação unilateral entre a compreensão das proposições lógicas nesse sentido limitado e a maneira como compreendemos as acções de um homem que selecciona e utiliza racionalmente um determinado meio para atingir um determinado fim. Se bem que a empatia seja um meio importante de compreender acções perpetradas num contexto emotivo, não podemos identificar a empatia com a compreensão: esta última exige não só um sentimento de simpatia emocio-

<sup>7</sup> ES. Carlo Antoni: *From History to Sociology* (Londres, 1962), p. 170.

<sup>8</sup> ES.

nal, da parte do sociólogo como ainda a apreensão da inteligibilidade subjectiva da acção. Podemos no entanto afirmar, de uma maneira geral, que quanto mais diferentes são os ideais que orientam uma dada actividade humana daqueles que regem a nossa própria conduta, mais difícil se torna para nós compreender o significado que esses ideais têm para aquele que os perfolha. Temos de nos contentar nessas circunstâncias com uma compreensão parcial, e quando nem mesmo essa seja possível, considerá-los-emos como «dados da experiência».

A sociologia tem de ter em consideração os objectos e os acontecimentos que influenciam a actividade humana, mas que são desprovidos de significado subjectivo. Esses fenómenos (que incluem, por exemplo, os factores climáticos, geográficos e biológicos) são «condições» do comportamento humano, não se relacionando porém necessariamente com qualquer propósito humano. Na medida em que esses fenómenos são implicados nas finalidades humanas subjectivas, assumem um significado, tornando-se elementos da acção social. Um artefacto, tal como uma máquina, «só pode ser compreendido em função do significado (*Sinn*) que a sua produção e utilização têm tido ou deveriam ter tido...»<sup>9</sup>.

A análise científica da acção social, na medida em que pretenda ultrapassar a mera descrição, terá de recorrer à elaboração de tipos ideais; e, dadas as dificuldades que se põem à compreensão de muitas formas de acção orientada por valores ou por emoções subjectivas, será preferível elaborar tipos racionais. Após se ter especificado no tipo ideal aquilo que se considera como acção racional, os desvios poderão ser examinados em termos da influência exercida por elementos irracionais. Segundo Weber, as vantagens da elaboração de tipos ideais racionais foi já demonstrada na economia: esses tipos ideais são formulados com precisão e de aplicação desprovida de ambiguidade. Weber insiste na importância de proceder desta maneira: a utilização de um tal artifício metodológico não implica de modo algum a existência de um «preconceito racionalista».

Weber distingue dois tipos básicos de apreensão interpretativa do significado, cada um dos quais pode ser subdividido conforme os casos distintos da compreensão de acções racionais ou emotivas. O primeiro tipo é a «compreensão directa». Neste caso, compreendemos o significado de uma acção através da observação directa: a subdivisão racional da compreensão directa pode ser exemplificada pelo caso atrás citado da compreensão de uma proposição matemática. Compreendemos imediatamente o significado da soma  $2+2=4$  assim que a vimos escrita ou que a ouvimos. A compreensão directa de uma conduta irracional con-

<sup>9</sup> ES, EC.

siste, por exemplo, em «compreender um acesso de cólera que se manifesta em expressões faciais, exclamações ou reacções emocionais irracionais». O segundo tipo de compreensão, a «compreensão explanatória» (*erklärendes Verstehen*) difere do primeiro na medida em que implica a intervenção de um motivo que estabelece a ligação entre a actividade observada e o seu significado para o agente. Podemos considerar também neste tipo de compreensão duas formas subsidiárias. A forma racional consiste na compreensão de uma acção que implica da parte do agente uma actividade no decurso da qual utiliza determinados meios para alcançar um fim específico. Para citarmos o exemplo apresentado por Weber, se um observador vir um homem a cortar lenha e souber que esse homem precisa de combustível para acender o lume, apreenderá sem dificuldade o conteúdo racional da acção do outro. Podemos utilizar o mesmo processo indirecto para explicar condutas irracionais, deduzindo os motivos das mesmas. Podemos compreender por esse processo o comportamento de uma pessoa que se desfaz em lágrimas, sabendo que essa pessoa acaba de sofrer um grande desapontamento.

Na compreensão explanatória, a acção em causa é «integrada numa sequência de motivação inteligível e a compreensão dessa sequência equivale à explicação do comportamento tal qual este se manifesta. Numa ciência que se propõe estudar o significado subjectivo da acção, a explicação desse significado exige a apreensão de um feixe de sentidos [*Sinnzusammenhang*] no qual se integra a trajectória da acção inteligível a interpretar»<sup>10</sup>. Este aspecto reveste-se de grande importância na concepção de Weber da aplicação da sociologia interpretativa à análise empírica. A compreensão da «motivação» implica sempre uma relação entre a conduta específica em causa e um padrão normativo mais lato, que rege a conduta do indivíduo. Para nos alçarmos ao nível da explicação causal, teremos de estabelecer uma distinção entre a adequação «subjectiva» e «causal». A interpretação de uma dada trajectória da acção é subjectivamente adequada (adequada «ao nível do significado») quando a motivação que lhe é atribuída concorda com com os padrões normativos reconhecidos ou habituais. Ou seja, é necessário demonstrar que a acção em causa é significativa na medida em que «faz sentido» em termos de normas aceites. Isso não basta, porém, para explicar de modo viável essa acção específica. O erro básico da filosofia idealista consiste efectivamente em confundir a adequação subjectiva com a adequação causal. Esse ponto de vista está errado, porque não há uma relação simples e directa entre os «feixes de significados», os motivos

<sup>10</sup> ES. Para uma análise do significado teórico desta proposição, vide Parsons, pp. 635 e segs.

e a conduta. Indivíduos diferentes podem executar acções semelhantes levados por motivos muito diversos, e, por outro lado, motivos semelhantes podem estar ligados a diferentes formas concretas de comportamento. Weber não tenta negar o carácter complexo das motivações humanas. Pode verificar-se no íntimo de um indivíduo conflitos entre vários motivos; e os motivos de que o indivíduo tem consciência são por vezes racionalizações de motivos mais fundos de que não tem consciência. O sociólogo tem de ter em conta essas possibilidades, e saber lidar com elas ao nível empírico — se bem que quanto mais uma actividade constituir o resultado de impulsos inconscientes, tanto mais marginal poderá ser considerada ao nível da interpretação do significado.

Por todas estas razões, a adequação «causal» exige que «seja possível “determinar” que há uma probabilidade, que no caso ideal e raro poderá ser traduzida em números, mas que é sempre susceptível de um cálculo, de que um dado acontecimento observável (exterior ou subjectivo) será seguido ou acompanhado por um outro acontecimento»<sup>11</sup>. Assim, caso pretendamos demonstrar o significado explanatório, será necessário proceder a uma generalização empírica que relacione o significado subjectivo do acto com um âmbito específico de consequências determináveis. O método de Weber implica que essa generalização, caso não seja adequada ao nível do significado, e por muito bem comprovada que possa ter sido, não passará de uma correlação:

«Só serão generalizações sociológicas as regularidades estatísticas que correspondam a um significado comum e inteligível de uma trajectória de acção social, e que constituam tipos inteligíveis de acção, no sentido em que o termo é aqui utilizado. Só essas formulações racionais de uma acção subjectivamente inteligível, que possam ser observadas na realidade com uma aproximação suficiente, constituirão tipos sociológicos relacionados com acontecimentos reais. Nem sempre a probabilidade da ocorrência de uma dada trajectória de acção exterior será proporcional à clareza da interpretação subjectiva.»<sup>12</sup>

Há muitas espécies de dados estatísticos que, referindo-se embora a fenómenos que exercem influência sobre o comportamento humano, não são significativos no sentido que Weber atribui ao termo. A acção significativa não é, porém, refractária ao tratamento estatístico: as estatísticas sociológicas abrangem, por exemplo, as taxas de criminalidade ou as estatísticas da distribuição de ocupações.

<sup>11</sup> ES. Dada esta condição, segundo explica Weber na sua crítica a Roscher e Knies, «A investigação “interpretativa” dos motivos feita pelo historiador é uma atribuição causal, semelhante à interpretação causal de qualquer processo individual na natureza...» CTC.

<sup>12</sup> ES; EC.

Weber não restringe o âmbito da informação portadora de valor para o estudo da conduta social humana àquela que pode ser analisada pelos métodos da sociologia interpretativa. Há muitas espécies de processos e influências de relevância causal para a vida social que não são «inteligíveis», mas cuja importância Weber não nega. Temos de insistir neste ponto, uma vez que se supõe geralmente que, para Weber, só a partir da sociologia interpretativa é possível proceder a generalizações referentes à conduta social humana. Weber tem consciência de que o sentido limitado que atribui ao termo «sociologia», que equivale para ele à análise das acções subjectivamente significativas, não é conforme a outras concepções mais largas do âmbito dessa ciência: «no sentido que atribuímos ao termo, a sociologia... restringe-se à “sociologia interpretativa” (verstehende Soziologie) — tratamento que ninguém é obrigado a adoptar»<sup>13</sup>.

A referência específica de Weber à sociologia organicista, representada pela obra de Schäffle *Bau und Leben des Socialen Körpers* — que Weber qualifica de «obra brilhante» — tem aqui o seu significado. O funcionalismo, observa Weber, tem a sua utilidade para o estudo da vida social: como meio de «ilustração prática e orientação provisória... não só é útil, como ainda indispensável»<sup>14</sup>. Tal como se verifica para o caso do estudo dos sistemas orgânicos, nas ciências sociais a análise funcional permite-nos identificar as unidades no interior do «todo» (a sociedade) que interessa estudar. A analogia entre o organismo e a sociedade não pode porém ser levada ao extremo, pois na análise da sociedade é possível e necessário ultrapassar a definição de uniformidades funcionais. A compreensão interpretativa não constitui, porém, impedimento à aquisição de um conhecimento científico, pelo contrário, faculta-nos possibilidades explicativas não acessíveis às ciências naturais. Temos porém de pagar o preço dessa vantagem, que é o nível inferior de precisão e de certeza que caracteriza as ciências sociais.

Mas Weber discorda vigorosamente de Schäffle no que respeita ao problema da condição lógica dos conceitos holísticos. Os sociólogos que partem do «todo» para a análise dos comportamentos individuais caem facilmente na hipostatização dos conceitos. A «sociedade», que nunca é mais do que as interações múltiplas dos indivíduos num determinado meio, assume assim uma identidade própria e reificada, como se de uma unidade activa com uma consciência própria se tratasse. Weber reconhece que as ciências sociais têm de recorrer a conceitos referentes a colectividades, tais como o de Estado, de firma industrial, etc. Não se pode, porém, esquecer que essas entidades colectivas não pas-

<sup>13</sup> ES; EC.

<sup>14</sup> ES.

sam de «as resultantes e as modalidades de organização dos actos específicos dos homens *individuais*, uma vez que são estes os agentes que executam as acções subjectivamente inteligíveis»<sup>15</sup>. Esses agentes colectivos revestem-se, no entanto, sob um outro aspecto, de importância vital na sociologia interpretativa: do ponto de vista subjectivo dos agentes individuais, são considerados como realidades e concebidos por vezes como unidades autónomas. Essas representações podem desempenhar um papel causal importante, influenciando a conduta social.

Segundo Weber, a sociologia interpretativa não implica a conotação de que os fenómenos sociais poderiam ser explicados por redução em termos psicológicos<sup>16</sup>. As descobertas da psicologia são certamente relevantes para todos os ramos da ciência social, mas não mais do que as outras disciplinas fronteiriças. O sociólogo interessa-se, não pela psicologia do indivíduo propriamente dita mas apenas pela análise interpretativa da acção social. Weber rejeita decididamente a ideia de que as instituições sociais podem ser explicadas em função de generalizações psicológicas. Uma vez que a vida humana é principalmente determinada por influências socioculturais, é provável que a sociologia tenha mais contribuições a dar à psicologia do que vice-versa: «o processo não começa com a análise das instituições sociais... pelo contrário, o conhecimento das condições prévias e consequências psicológicas das instituições pressupõe um conhecimento preciso das últimas e a análise científica da sua estrutura... Não podemos deduzir as instituições das leis psicológicas, ou explicá-las em função de fenómenos psicológicos elementares»<sup>17</sup>.

### As relações sociais e a orientação da conduta social

A acção social inclui todas as condutas humanas significativamente «orientadas para o comportamento previsível passado, presente ou futuro de outras pessoas»<sup>18</sup>. A «relação social existe quando há reciprocidade por parte de dois ou mais indivíduos, cada um dos quais relaciona a sua acção aos actos (ou actos previsíveis) do outro. O que *não* implica necessariamente que os significados inerentes à relação sejam partilhados por ambos os participantes nela: em muitos casos, tal como, por

<sup>15</sup> ES; EC. Para uma crítica pormenorizada deste e doutros pontos da definição de Weber da sociologia interpretativa, vide Alfred Schutz, *The Phenomenology of the Social World* (Evanston, 1967).

<sup>16</sup> ES.

<sup>17</sup> MCS.

<sup>18</sup> ES.

exemplo, na relação amorosa, da qual se diz que *il y a un qui aime et un qui se laisse aimer*, as atitudes assumidas por uma das partes não são iguais às assumidas pela outra parte. Há no entanto nessas relações, de modo particular quando são duradouras, significados mutuamente complementares que definem aquilo que cada um espera do outro. Citando Simmel, Weber fala-nos da *Vergesellschaftung*, que tem o sentido de formação de relações, e que podemos traduzir por «socialização», em vez de utilizar o termo *Gesellschaft* (*sociedade*). Muitas relações de que se compõe a vida social são de carácter transitório, integrando-se num processo de constante formação e dissolução. A existência de uma relação social também não pressupõe uma cooperação entre os que nela estão implicados. Como Weber observa, o conflito é uma das características de todas as relações, até das mais permanentes.

Nem todos os tipos de contacto entre os indivíduos constituem, segundo Weber, uma relação social. Quando dois homens que vão a andar pela rua chocam um com o outro sem se terem sequer visto antes dessa colisão, a sua interacção não constitui um caso de acção social: tornar-se-ia, porém, numa acção social caso se pusessem a discutir quem tivera a culpa do acidente. Weber refere-se também ao caso da interacção nas multidões: caso Le Bon esteja na razão, manifestam-se numa multidão reacções colectivas, estimuladas por influências subconscientes, sobre as quais o indivíduo quase não tem controlo. O comportamento do indivíduo é então influenciado de forma causal pelo dos outros indivíduos, mas esse tipo de acção não se orienta em função da dos outros ao nível do significado, não constituindo portanto uma «acção social» na terminologia de Weber.

Weber diferencia quatro tipos de orientação da conduta social. Na conduta «racional dos propósitos», o indivíduo calcula racionalmente os resultados prováveis de um determinado acto em termos do cálculo de meios adequados a um dado fim. Quando pretendemos alcançar um determinado objectivo, põe-se-nos geralmente uma escolha de meios alternativos para alcançar esse fim. O indivíduo que tem de fazer essa escolha avalia a eficiência relativa de cada um desses meios e as consequências da utilização do mesmo em relação à prossecução de outros fins que possa propor-se também. Weber aplica este esquema, que formulara já relativamente à aplicação racional do conhecimento social científico, ao paradigma da acção social em geral. A acção «racional de valor», pelo contrário, é orientada por um ideal dominante, desprezando todas as outras considerações. «O cristão fez bem e deixa os resultados com o Senhor.»<sup>19</sup> Trata-se de um tipo de acção racional, uma vez que implica a definição de objectivos coerentes que orientam a acti-

<sup>19</sup> EMW.

vidade do indivíduo. Todas as acções que se subordinam exclusivamente a ideias dominantes de dever, honra ou dedicação a uma «causa» aproximam-se deste tipo. A principal diferença entre a acção de valor e o terceiro tipo, que é a acção «afectiva», consiste em que a primeira pressupõe que o indivíduo tenha adoptado um ideal bem definido que domina toda a sua actividade, enquanto no segundo caso essa característica não se verifica. A acção afectiva é a acção executada sob a influência da emoção, situando-se na fronteira da conduta significativa com a conduta não significativa. Partilha com a acção racional de valor a característica de o significado da acção se não situar na instrumentalidade dos meios para alcançar determinados fins, como acontece na conduta racional nos propósitos, mas na execução do acto pelo seu próprio valor.

O quarto tipo de orientação da acção, a acção «tradicional», situa-se igualmente na fronteira da conduta significativa com a conduta não significativa. A acção tradicional é executada sob a influência do costume e do hábito. São deste tipo «a grande maioria das acções quotidianas a que as pessoas se habituaram...»<sup>20</sup>. O significado deste tipo de acção deriva de ideais ou símbolos que não têm a forma coerente e definida dos que orientam a conduta racional de valor. Na medida em que os valores tradicionais se tornarem racionalizados, a acção tradicional funde-se na acção racional de valor.

Esta classificação de acção social em quatro tipos está na base do conteúdo empírico de *Economia e Sociedade*, mas o seu autor não a considera como uma classificação geral da acção social; constitui apenas um esquema típico ideal, facultando uma modalidade de aplicação de um dos conceitos metodológicos de Weber que referimos já, a saber, que a análise da acção social é facilitada pela utilização de tipos racionais que podem servir de padrão para a medição de desvios irracionais. Determinado exemplo empírico de conduta humana pode assim ser interpretado de acordo com aquele dos quatro tipos de acção de que (mais se aproxime. Serão porém raros os casos empíricos que não consistam em combinações variadas de elementos de mais de um tipo.

Na sua discussão das dificuldades levantadas pelo problema da verificação em sociologia interpretativa, Weber insiste em que a adequação causal é sempre calculada em termos de graus de probabilidade. Aqueles que argumentam que o comportamento humano é «imprevisível» estão enganados, e é possível demonstrá-lo: «a característica da “incalculabilidade”... é apanágio — dos loucos»<sup>21</sup>. As uniformidades da conduta

<sup>20</sup> ES.

<sup>21</sup> MCS. Vide também CTC, em que Weber discute em pormenor a relação entre «irracionalidade», «imprevisibilidade» e «livre-arbítrio».

humana só podem ser expressas em termos de probabilidade — um dado acto ou circunstância produzirá provavelmente uma dada reacção por parte do agente. Toda a relação social assenta assim na «probabilidade» (que não pode ser confundida com o «acaso» no sentido de «acidente») de um agente ou uma pluralidade de agentes orientarem a sua acção de uma dada maneira. Reconhecer que na conduta humana há sempre um elemento de contingência não equivale, segundo Weber, a negar a sua regularidade e previsibilidade, mas apenas a sublinhar o contraste entre a conduta significativa e a resposta invariável a um estímulo físico, por exemplo, a reacção de recuo perante um estímulo doloroso.

Quando define uma taxonomia conceptual dos principais tipos de relação social e de outras formas mais gerais de organização social, Weber fá-lo, pois, em termos de probabilidade. Toda a relação social de carácter durável pressupõe uniformidades de conduta que, a nível básico, consistem naquilo que Weber designa pelo nome de «uso» (*Brauch*) e de «costume» (*Sitte*). A uniformidade da acção social é um uso «na medida em que a probabilidade da sua existência no interior de um grupo se baseia unicamente na prática da mesma»<sup>22</sup>. Um costume é apenas um uso de longa data. Um uso ou costume é toda a forma de conduta «usual» que, se bem que não seja expressamente aprovada ou desaprovada pelos outros, é habitualmente adoptada por um indivíduo ou um certo número de indivíduos. A conformidade com o uso não é imposta por meio de qualquer tipo de sanção, mas é antes uma questão de acordo voluntário da parte do agente. «Hoje em dia, é costume comer todos os dias um pequeno-almoço que, dentro de certos limites, se conforma com determinados padrões. Não é, porém, obrigatório fazê-lo (a não ser no caso dos hóspedes de um hotel); e nem sempre houve esse costume.»<sup>23</sup> A importância social do uso e do costume não pode ser ignorada. Por exemplo, os hábitos de consumo, que obedecem habitualmente ao costume, têm grande significado económico. A uniformidade da conduta baseada em usos ou costumes contrasta com aquela que se encontra associada ao tipo ideal de acção racional no qual os indivíduos procuram satisfazer subjectivamente os seus próprios interesses. A atitude do empresário capitalista num mercado livre constitui caso exemplar deste tipo de uniformidade de conduta<sup>24</sup>. Quando a unifor-

<sup>22</sup> ES.

<sup>23</sup> ES; EC.

<sup>24</sup> Observemos que Weber se refere aqui a casos empíricos que se aproximam da acção racional nos propósitos. Não se trata pois de algo de equivalente ao «egoísmo» de Durkheim, uma vez que no exemplo de Weber a tentativa subjectiva de satisfação dos próprios interesses «é orientada para expectativas idênticas». (ES.)

midade de conduta é imposta por motivos de interesse próprio — por outras palavras, quando se aproxima deste tipo — a relação social é geralmente muito mais instável do que a que se baseia no costume.

### A legitimidade, o domínio e a autoridade

As relações sociais mais estáveis são aquelas em que as atitudes subjectivas dos indivíduos são orientadas pela crença numa *ordem legítima*. Weber apresenta os seguintes exemplos desta distinção:

«Se as empresas de mudanças põem regularmente anúncios no jornal nas épocas em que expiram muitos arrendamentos, essa uniformidade é determinada pelo interesse. O vendedor que visita regularmente os seus clientes em certos dias do mês ou da semana, fá-lo por uma questão de hábito ou porque essa regularidade vai de encontro aos seus interesses. Mas o funcionário público que entra todos os dias na sua repartição à mesma hora não age apenas movido pelo hábito ou pelo seu próprio interesse, nem é livre para agir de outra forma; de uma maneira geral, a sua acção é determinada pela validade de uma ordem (as regras administrativas) à qual obedece, em parte porque a desobediência lhe acarretaria certas desvantagens e em parte porque o seu sentido do dever o impele a cumpri-la (em graus diferentes, como é óbvio).»<sup>25</sup>

A acção pode ser orientada pela crença numa ordem legítima sem que tal implique a obediência às regras impostas por essa ordem. Por exemplo, o criminoso, violando embora as leis, adapta a sua conduta à existência dessas leis, que reconhece, através da adopção de medidas tendentes a levar a cabo com êxito a sua actividade criminosa. As suas acções são então regidas pelo conhecimento do facto de que a violação da ordem legal é castigada, e pelo seu desejo de evitar esse castigo. Mas a aceitação por parte do criminoso da validade da ordem legal como um «facto» não passa de um exemplo extremo dos muitos tipos de violações através das quais os indivíduos procuram obter uma justificação legítima para os seus próprios actos. De resto, é indispensável ter em conta que a mesma ordem legítima pode ser interpretada de maneiras diferentes. As análises empíricas de Weber relativas à sociologia da religião ilustram bem a verdade desta afirmação: o protestantismo da Reforma foi uma radicalização da mesma ordem cristã que a Igreja católica considerava como estando na base da sua legitimidade.

Não existe uma fronteira empírica bem precisa entre o uso e o costume e aquilo a que Weber dá o nome de «convenção». A conformi-

<sup>25</sup> ES.

dade não depende, neste caso, da vontade do indivíduo. Se, por exemplo, um membro de um grupo que goza de um prestígio social elevado desobedecer às convenções que regem as boas maneiras, será provavelmente ridicularizado e votado ao ostracismo pelo resto do grupo.

O recurso a essas sanções constitui geralmente um meio muito poderoso de assegurar o respeito pela ordem estabelecida. A «lei» existe quando uma convenção é apoiada, não apenas pela aplicação de sanções informais difusas, mas por um indivíduo ou, mais frequentemente, um grupo que tem a capacidade e o dever legítimo de aplicar sanções aos transgressores<sup>26</sup>. Esse corpo de indivíduos que asseguram o cumprimento da lei não é necessariamente um corpo profissional especializado, judiciário ou da polícia, como os que existem nas sociedades modernas; nas querelas de sangue, por exemplo, o grupo clânico desempenha uma tarefa equivalente, como agente sancionador. A relação empírica entre costume, convenção e lei é muito estreita. Até o mero uso pode ter muita força. Em todos os casos em que as leis se limitam a sancionar uma conduta que antes era meramente «usual», chega-se à conclusão de que esse facto não fez com que o grau de conformidade à prescrição se tornasse maior do que aquilo que já era. Contudo, o uso e o costume dão frequentemente origem a regras que se tornam leis. O contrário acontece também por vezes, se bem que com muito menos frequência: a introdução de uma nova lei pode dar origem a novas modalidades de conduta habitual. Essa consequência pode ser directa ou indirecta. Uma das consequências indirectas das leis que permitiam a livre constituição de contratos é o facto de os vendedores se verem obrigados a gastar muito tempo em viagens, a fim de obterem e manterem as encomendas dos compradores; este facto não é imposto pelas leis do contrato, sendo porém condicionado pela existência dessas leis.

Weber não afirma só haver «lei» quando o aparelho coercivo que a sanciona é de carácter político. Pelo contrário, há uma ordem legal sempre que um grupo — tal como um grupo de parentesco ou um corpo religioso — se encarrega da tarefa de aplicar sanções para punir as transgressões. Um dos temas principais das obras empíricas de Weber é precisamente este: a influência dos grupos religiosos sobre a racionalização da lei. Para falarmos em termos mais gerais, as inter-relações entre o «legal», o «religioso» e o «político» assumem um significado

<sup>26</sup> Weber estabelece uma distinção entre lei «garantida» e lei «indirectamente garantida». O primeiro tipo é directamente apoiado por um aparelho coercivo. O segundo tipo é constituído pelo tipo de normas cuja transgressão não é legalmente punida, mas que tem como consequência serem também infringidas outras normas que são leis garantidas. Porém, quando Weber nos fala de «lei», sem mais especificações, refere-se à lei garantida.



decisivo no que se refere às estruturas económicas e ao desenvolvimento económico. Weber define a sociedade «política» como aquela cuja «existência e ordem são continuamente salvaguardadas no interior de uma dada área territorial pela ameaça e pela aplicação da força física por parte do pessoal administrativo». O que não implica, como é óbvio, que as organizações políticas só se mantenham devido ao uso contínuo da força, mas antes que a ameaça e o recurso à força são utilizados como sanção em último caso, quando tudo o resto falha. Uma organização política é um «Estado» quando consegue deter o monopólio legítimo do uso organizado da força no interior de um dado território<sup>27</sup>.

Weber define o «poder» (*Macht*) como a probabilidade por parte de um dado agente de conseguir realizar os seus próprios objectivos, mesmo que para tal tenha de entrar em oposição a outros com os quais mantêm uma relação social. Esta definição é muito lata: neste sentido toda a relação social é, em certa medida e em certas circunstâncias, uma relação de poder. O conceito de «dominação» (*Herrschaft*) é mais específico: refere-se apenas aos casos de exercício de poder em que um agente obedece a uma ordem específica dada por outrem<sup>28</sup>. A aceitação da dominação pode basear-se em motivos muito diferentes, que vão do hábito à promoção cínica dos interesses próprios. A possibilidade de obtenção de recompensas materiais ou da estima social são as duas formas de que se reveste mais frequentemente a ligação que se estabelece entre o senhor e o seu sequaz<sup>29</sup>. Não há, porém, nenhum sistema de dominação que se baseie unicamente, quer na habituação automática quer no apelo ao interesse próprio: o principal sustentáculo da dominação é o carácter legítimo de que a subordinação se reveste aos olhos dos próprios subordinados.

Weber distingue três tipos ideais de legitimidade como base da relação de domínio: a tradicional, a carismática e a legal. A autoridade tradicional baseia-se na crença na «santidade das regras e poderes há muito estabelecidos»<sup>30</sup>. Nos tipos mais elementares de dominação tradicional, os governantes não se apoiam para o exercício da sua autoridade em qualquer corpo especializado de funcionários administrativos. Em muitas pequenas comunidades rurais, a autoridade encontra-se nas mãos dos anciões da aldeia: considera-se que os mais velhos detêm em

<sup>27</sup> Ver atrás, Cap. 7, a conceptualização realizada por Durkheim. Não aparecem na definição deste autor nem a posse de um território fixo nem a capacidade de aplicação da força.

<sup>28</sup> Para um resumo dos problemas implicados no debate terminológico que se estabeleceu para determinar se *Herrschaft* deveria ser traduzido por «dominação» ou por «autoridade», vide a nota de Roth em *ES*. Utilizei o termo «dominação» pelo facto de ter um significado mais lato do que a palavra «autoridade» (*legitime Herrschaft*).

<sup>29</sup> *EMW*.

<sup>30</sup> *ES*.

mais elevado grau a sabedoria tradicional, pelo que são os mais indicados para exercer a autoridade. Uma outra forma de dominação tradicional, que encontramos geralmente combinada com a gerontocracia, é o patriarcalismo. Nesta forma, que assenta geralmente na unidade familiar, o chefe da família detém uma autoridade que é transmitida de geração em geração de acordo com regras de herança bem definidas. Quando se constitui um corpo administrativo ligado ao seu chefe por laços de fidelidade pessoal, temos o patrimonialismo.

O patrimonialismo é a forma de domínio característica dos governos despóticos do Oriente, do Próximo Oriente e da Europa medieval. Ao contrário do que acontece na forma patriarcal, que é menos complexa, o patrimonialismo caracteriza-se pelo facto de nele se estabelecer uma distinção muito clara entre governante e «súbditos»: no patriarcalismo simples, «a dominação, sendo embora um direito tradicional inerente ao senhor, ter de ser exercida no interesse de todos os membros da comunidade, pelo que aquele que o detém não pode apropriar-se livremente desse direito»<sup>31</sup>. A autoridade patrimonial radica na administração exercida pelo governante através dos membros da sua casa; é caracterizada pelo facto de as funções governamentais serem exercidas pelos membros da corte, sendo os funcionários recrutados entre os criados ou membros do séquito pessoal do governante. Quando a dominação patrimonial se exerce sobre vastos territórios, torna-se necessário recrutar os funcionários numa base mais ampla, manifestando-se então, frequentemente, uma tendência para a descentralização da administração, o que dá origem a tensões e conflitos entre o governante e os funcionários locais ou «notáveis».

Se bem que na realidade histórica se verifiquem numerosas misturas de tipos, o tipo puro da organização tradicional contrasta com o tipo ideal de burocracia racional, que se baseia na dominação legal. Nas organizações tradicionais, as tarefas de cada um dos membros da administração são mal definidas, e os privilégios e os deveres encontram-se sujeitos a modificações, de acordo com as inclinações do governante; o recrutamento é feito na base da filiação pessoal; e não há processo racional para «fazer leis»: toda a inovação nas regras administrativas tem de ser apresentada como uma redescoberta de verdades «dadas».

Weber define da seguinte maneira o tipo puro de autoridade legal<sup>32</sup>: neste tipo de autoridade, o indivíduo que a detém fá-lo em nome de regras impessoais que não constituem resíduos da tradição, mas que foram conscientemente instituídas num contexto de racionalidade quer

<sup>31</sup> *ES*. Recorri também a uma definição anterior do patrimonialismo que Weber nos dá em *ES*.

<sup>32</sup> Encontra-se uma interpretação alternativa feita por Weber em *ES*.

de propósitos quer de valor. Aqueles que se encontram sujeitos à autoridade obedecem ao seu superior não porque dependam pessoalmente dele, mas porque aceitam essas normas impessoais que definem essa autoridade; «o indivíduo que detém a autoridade legal, “superior”, está por sua vez sujeito a uma ordem impessoal orientando, nas suas próprias imposições e regras, as suas acções de acordo com essa ordem»<sup>33</sup>. Aqueles que estão sujeitos à autoridade legal não devem fidelidade pessoal a nenhum superior, obedecendo às ordens deste unicamente dentro da esfera restrita à qual se circunscreve a sua jurisdição.

O tipo puro de organização burocrática apresenta as seguintes características. As actividades do corpo de funcionários administrativos desenvolvem-se numa base regular, constituindo «deveres» oficiais e bem definidos. As esferas de competência dos funcionários encontram-se claramente demarcadas, e os níveis de autoridade são delimitados por uma hierarquia de funções. As regras que definem a conduta dos funcionários, a sua autoridade e responsabilidades, encontram-se registadas por escrito. O recrutamento faz-se por demonstração de competência especializada, em exames de carácter competitivo ou por apresentação de diplomas ou graus que constituem prova de qualificação apropriada. O funcionário não é o dono do seu lugar, mantendo-se uma separação entre o funcionário e a função, pelo que a função em circunstância alguma é propriedade do que a desempenha. Este tipo de organização tem as seguintes consequências do ponto de vista da posição do funcionário: 1. A carreira do funcionário é regida por uma concepção abstracta do dever; a execução fiel das tarefas oficiais é um fim em si, e não um meio de obter ganhos materiais pessoais, tais como rendimentos, etc. 2. O funcionário obtém o seu lugar por nomeação feita, em função das suas qualificações técnicas, por uma autoridade superior; não é eleito. 3. Ocupa geralmente uma posição temporária. 4. A sua remuneração assume a forma de um salário fixo e regular. 5. A profissão de funcionário permite fazer «carreira», através de uma subida na hierarquia da autoridade; o grau de progresso é determinado quer pela competência, quer pela antiguidade, quer por uma combinação dos dois factores.

Só encontramos organizações próximas desta forma típica ideal do capitalismo moderno. Os principais exemplos de burocracias organizadas que encontramos antes do período do capitalismo moderno são a do Egipto antigo, a da China, a dos fins do principado romano e a Igreja católica medieval. Essas burocracias, de modo particular as três primeiras, eram essencialmente patrimoniais, baseando-se em grande medida no pagamento em géneros aos funcionários, o que nos demonstra que

<sup>33</sup> ES; EC.

a constituição prévia de uma economia monetária não é condição indispensável para o aparecimento de uma organização burocrática, se bem que tenha facilitado muito a expressão da burocracia racional moderna. O progresso da burocratização no mundo moderno correlaciona-se directamente com a expressão da divisão do trabalho nas várias esferas da vida social. Uma das proposições básicas da sociologia do capitalismo moderno de Weber é a de que o fenómeno da especialização das funções profissionais se não limita de modo algum à esfera económica. A perda do controlo dos seus meios de produção por parte do trabalhador, característica que Marx apontou como a mais importante do capitalismo moderno, não se confina à indústria, manifestando-se na política, no exército e em todos os outros sectores da sociedade dominados por organizações em grande escala<sup>34</sup>. Na Europa Ocidental pós-medieval, a burocratização do Estado precedeu a da esfera económica. O Estado capitalista moderno depende completamente da organização burocrática para a continuação da sua existência. «Quanto maior for o Estado, ou quanto mais forte se tornar, mais incondicionalmente as coisas se passam assim...»<sup>35</sup> Se bem que a extensão da unidade administrativa seja um dos principais factores determinantes da expansão da organização burocrática racional — caso dos modernos partidos políticos de massa — a relação entre a dimensão e a burocratização não é unilateral<sup>36</sup>. A necessidade de especialização no desempenho das tarefas administrativas específicas constitui factor tão importante para a promoção da especialização burocrática como extensão da unidade administrativa. No Egipto, o mais antigo de todos os Estados burocráticos, o desenvolvimento da burocracia foi principalmente determinado pela necessidade de uma regulamentação da irrigação por parte de uma administração centralizada. Na moderna economia capitalista, a formação de um mercado supra-local foi a condição que mais contribuiu para estimular a expansão da burocracia, uma vez que passou a ser necessário proceder a uma distribuição regular e coordenada dos bens e serviços<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> CSFS. Adiante sublinharemos a importância deste aspecto, em comparação com a posição de Marx, p. 373.

<sup>35</sup> ES; EC.

<sup>36</sup> Weber critica Michels por este exagerar o carácter «fêrreo» da tendência para a constituição de uma oligarquia que se verificaria nas burocracias. ES.

<sup>37</sup> Importa sublinhar que o Estado e a economia modernos não foram totalmente burocratizados. A exigência de qualificações especializadas de carácter técnico não se aplica aos que se encontram «no topo». Os lugares de ministro e de presidente são preenchidos por recurso a qualquer tipo de processo eleitoral, o empresário industrial também não é nomeado pela burocracia que ele chefia. «À cabeça de uma organização burocrática encontra-se pois, necessariamente, um elemento que não é puramente burocrático». ES.

*o tipo da burocracia*  
A eficiência da organização burocrática na execução dessas tarefas rotineiras foi a principal razão da difusão da burocracia.

«O aparelho burocrático plenamente desenvolvido está para todas as outras formas de organização como a máquina para os modos de produção não-mecanizados. A precisão, a velocidade, a clareza, o conhecimento dos ficheiros, a continuidade, a discricção, a unidade, a subordinação severa, a redução da fricção e dos custos materiais e pessoais — elevam-se a um nível óptimo na organização de carácter estritamente burocrático...»<sup>38</sup>

Estas qualidades são principalmente exigidas pela economia capitalista, que requer a execução rápida e precisa das operações económicas. A oposição de Weber neste ponto tem sido muitas vezes mal interpretada. Weber estava indubitavelmente a par da opinião — muito divulgada já nos fins do século XIX — de que a burocracia estaria associada à «papelada» e à «ineficiência»<sup>39</sup>. Tão pouco ignorava a importância de que se reveste para o funcionamento real das organizações burocráticas a existência de contactos não-oficiais e de padrões de relação que se sobrepõem à distribuição oficial da autoridade e das responsabilidades<sup>40</sup>. A organização burocrática pode pôr «verdadeiros obstáculos à resolução dos assuntos da maneira mais adequada aos casos individuais»<sup>41</sup>. É esta última consideração que leva a temer a «papelada», e com razão, na medida em que, devido à sua natureza de estrutura racionalizada, a burocracia funciona de acordo com regras de conduta sistematizadas. Segundo Weber, é muito possível que as formas anteriores de organização administrativa fossem superiores em termos de resolução de casos individuais. Podemos citar neste ponto o exemplo das decisões judiciais. Na prática legal tradicional era o governante patrimonial que dispensava a justiça estando por vezes apto a pronunciar veredictos baseados no seu conhecimento pessoal do acusado, que poderiam ser mais «justos» do que as sentenças de um tribunal moderno em caso semelhante, pois este último «só toma em consideração as características gerais e desprovidas de ambiguidade dos factos de um tal caso»<sup>42</sup>.

Mas esse conhecimento pessoal dos factos em causa não se verificaria na maioria dos casos, e é precisamente o elemento de «calculabilidade» inerente à dominação racional legal que distingue a adminis-

<sup>38</sup> ES.

<sup>39</sup> Cf. Martin Albrow: *Bureaucracy* (Londres, 1970), pp. 26-54.

<sup>40</sup> Cf. a contribuição de Weber para as discussões da *Verein für Sozialpolitik* em 1909, *CSPS*, pp. 412-416.

<sup>41</sup> ES.

<sup>42</sup> ES.

tração burocrática de todos os tipos anteriores de administração: é mesmo a única forma de organização que está apta a desempenhar as complexas tarefas de coordenação indispensáveis ao bom funcionamento do capitalismo moderno. É o que Weber nos diz, nos seguintes termos:

«Por muito que as pessoas se possam queixar da “burocracia”, não se pode admitir nem por um momento que fosse possível executar em qualquer domínio um trabalho administrativo contínuo a não ser entregando-o a funcionários trabalhando em escritórios. Todos os aspectos da nossa vida quotidiana exigem esse enquadramento. Se a organização burocrática é, *ceteris paribus*, e sempre de um ponto de vista formal e técnico, o tipo de organização mais racional, as necessidades da administração em grande escala (de pessoas ou coisas) tornam-na hoje em dia completamente indispensável.»<sup>43</sup>

A dominação carismática, o terceiro tipo de dominação considerado por Weber, é completamente diferente dos outros dois. Tanto a dominação tradicional como a legal eram sistemas de administração permanente, desempenhando tarefas de rotina relacionadas com a vida quotidiana. O tipo puro de dominação carismática é, por definição, um tipo extraordinário. Weber define o carisma como «uma certa qualidade que caracteriza uma personalidade individual, e em virtude da qual esse personagem é considerado extraordinário e tratado como se fosse dotado de poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, excepcionais»<sup>44</sup>. Um indivíduo carismático é, pois, aquele a quem os outros atribuem capacidades invulgares, geralmente de tipo sobrenatural, que o distinguem do comum dos mortais. O facto de esse homem ser ou não dotado das características que os seus apaniguados lhe atribuem não interessa para o caso; o que interessa é o facto de os outros lhas atribuírem. A dominação carismática pode manifestar-se nos mais variados contextos sociais e históricos, pelo que as figuras carismáticas tanto podem ser chefes políticos ou profetas religiosos, cujas acções influenciaram o curso da evolução de civilizações inteiras, como ainda toda a espécie de demagogos de várias categorias sociais que tenham obtido uma adesão temporária. A legitimidade da autoridade carismática baseia-se sempre, e qualquer que seja o contexto em que esta tenha surgido, no facto de tanto o chefe, como os seus seguidores, acreditarem na autenticidade da missão do chefe. A figura carismática apresenta geralmente «provas» da sua autenticidade, fazendo milagres ou dando a conhecer revelações divinas. Se bem que essas provas sejam sinais de que a sua autoridade é válida, não são eles a base em que essa

<sup>43</sup> ES; EC.

<sup>44</sup> ES.

autoridade assenta, mas antes «a concepção de que aqueles que estão sujeitos à autoridade carismática têm o dever de reconhecer a sua genuinidade e de agir em função disso»<sup>45</sup>.

As posições secundárias de autoridade num movimento carismático não são preenchidas através de uma escolha privilegiada feita em função de laços de dependência pessoal, ou por uma selecção objectiva operada em função das qualificações técnicas dos candidatos. Não há aqui uma hierarquia fixa de subordinação, nem a possibilidade de uma «carreira» semelhante à que se pode fazer nas organizações burocráticas. O chefe carismático tem um certo número de íntimos que partilham do seu carisma, ou que são dotados de um carisma próprio. O contrário do que acontece nas formas de organização permanentes, o movimento carismático não tem meios de subsistência próprios: vive quer de doações de várias espécies quer do produto do saque. O movimento carismático não se organiza em função de princípios jurídicos fixos de carácter geral, como acontece em relação à dominação tradicional e legal, ainda que com conteúdos diferentes; no movimento carismático os juízos são pronunciados em função dos casos particulares e apresentados como revelações divinas. «O verdadeiro profeta, tal como o verdadeiro chefe militar ou todo o verdadeiro chefe nesta acepção da palavra, prega, cria ou impõe novas obrigações...»<sup>46</sup>

Isto é sintomático da quebra com a ordem tradicional que a dominação carismática representa. «Dentro da esfera das suas pretensas atribuições, a autoridade carismática rejeita o passado, sendo neste sentido especificamente revolucionária...»<sup>47</sup> O carisma é uma força criadora que vai forçar a barreira das leis que regem uma ordem vigente, seja ela de carácter legal ou tradicional. Segundo Weber, trata-se de um fenómeno especificamente irracional. Este ponto é essencial na definição que Weber nos dá do carisma, uma vez que a única base da autoridade carismática é o reconhecimento da legitimidade do chefe: os ideais do movimento carismático não se correlacionam, pois, necessariamente, com os do sistema de dominação vigente. O carisma reveste-se assim de grande importância como força revolucionária que se manifesta no seio de sistemas de dominação tradicionais, no interior dos quais a autoridade está ligada a precedentes que remontam a épocas remotas, tendo-se mantido sob uma forma praticamente inalterável. «Nos períodos pré-racionalistas, a tradição e o carisma orientam todas as formas de acção.»<sup>48</sup> O progresso

<sup>45</sup> ES.

<sup>46</sup> ES. A justiça «kadi» é em princípio administrada desta maneira; na prática, porém, diz-nos Weber, baseia-se em precedentes tradicionais.

<sup>47</sup> ES; EC.

<sup>48</sup> ES.

da racionalização permitiu, porém, que a orientação racional da evolução social (através, por exemplo, da aplicação do conhecimento científico às inovações tecnológicas) se tornasse cada vez mais significativa.

Dada a sua aversão à rotina e ao quotidiano, o carisma só pode adquirir uma existência permanente sofrendo modificações profundas. A «rotinização» (*Veralltäglicung*) do carisma implica, porém, a transformação da autoridade carismática em autoridade tradicional ou legal. Uma vez que a autoridade carismática assenta nas qualidades extraordinárias de que é dotado um dado indivíduo, quando esse indivíduo morre ou desaparece por qualquer razão, põe-se um problema difícil de sucessão. O tipo de relação de autoridade que se sucede em consequência da «rotinização» depende principalmente da maneira como o problema da sucessão é resolvido. Weber distingue várias formas possíveis de resolução desse problema.

Uma das soluções históricas mais importantes do problema da sucessão consiste na designação do sucessor, feita pelo próprio chefe carismático ou pelos seus discípulos. O sucessor não é eleito; é designado porque se provou que possuía as qualificações carismáticas adequadas para o exercício da autoridade. Segundo Weber, era esse o significado original da coroação dos monarcas e bispos da Europa ocidental<sup>49</sup>. O carisma pode também ser considerado como uma qualidade transmissível por hereditariedade, de que partilham portanto os parentes mais próximos do primitivo chefe carismático. Na Europa feudal e no Japão estabeleceu-se uma relação entre essa herança e o princípio da primogenitura. Depois de a dominação carismática se ter transformado numa forma tradicional e rotineira, o carisma passa a ser a origem sagrada da legitimidade da posição dos que detêm o poder; o carisma torna-se assim um elemento integrante da vida social. Se bem que constitua uma «alienação em relação à sua essência», segundo nos diz Weber, podemos no entanto falar da persistência do «carisma», que mantém o seu carácter extraordinário de força sagrada. Após o carisma se ter tornado assim numa força pessoal, deixa de ser uma qualidade que não possa ser ensinada, e a aquisição do carisma passa a depender em parte de um processo educativo.

A rotinização do carisma exige que as actividades do corpo administrativo passem a ser exercidas de forma regular, o que se pode alcançar através da constituição de normas tradicionais ou da promulgação de regras legais. Quando o carisma se transmite por hereditariedade, o corpo de funcionários tende a tornar-se num grupo de estatuto tradicional, fazendo-se o recrutamento para essas posições predominantemente por herança. Noutros casos, pode ser adoptado como critério para o preenchimento dos cargos oficiais a posse de qualificações técnicas por

<sup>49</sup> ES.

parte dos candidatos, tendendo então a organização para ser do tipo legal racional. Qualquer que seja o tipo de evolução da dominação carismática, a rotinização exige sempre a implantação de uma série de disposições económicas regulares, que assumirão a forma de atribuição de benefícios ou feudos caso a evolução enverede pelo tradicionalismo, e de pagamento de salários quando a organização tenda para o tipo legal.

O conteúdo dos ideais pregados por um movimento carismático não pode ser inferido do sistema de dominação preexistente. O que não quer dizer que os objectivos do movimento carismático não sejam influenciados pelos símbolos da ordem contra a qual reage, nem que os interesses «económicos» ou materiais não exerçam também a sua influência sobre a expansão do movimento carismático. O conteúdo da «missão» carismática não pode porém ser considerado como um mero «reflexo» dos processos materiais que contribuem para a realização das mudanças sociais. Segundo Weber, a dinâmica revolucionária não pode ser explicada como uma sequência racional da evolução histórica. Weber mantém assim, num nível mais empírico a negação das teorias evolutivas que justificara já em considerações puramente teóricas.

#### A influência das relações de mercado: classes e grupos sociais

Weber rejeita todas as teorias gerais da evolução histórica, incluindo o hegelianismo e o marxismo. Há porém um outro aspecto básico do pensamento conceptual e empírico de Weber que se relaciona de modo mais particular com as ideias de Marx. Se as «teorias da história» de carácter geral são inadmissíveis, temos de concluir a nível específico que todas as teorias que tentem explicar a evolução histórica em termos de uma predominância causal e universal de relações económicas ou de relações de classe estão de antemão condenadas ao insucesso. Na sua análise das noções de «classe», de «grupo social» e de «partido», Weber considera-as como as três «dimensões» da estratificação, cada uma das quais seria conceptualmente independente das outras, especificando porém que, a nível empírico, cada uma delas pode influenciar casualmente as outras.

Em *Economia e Sociedade*, Weber dedica dois capítulos às classes e aos grupos sociais.<sup>50</sup> Ambos esses capítulos são no entanto curtos, não fazendo de maneira nenhuma justiça à importância que esses conceitos assumem nas obras históricas de Weber. Tal como Marx, Weber nunca chegou a fazer uma análise completa da noção de classe e sua

<sup>50</sup> ES. Para uma formulação anterior do conceito de «económico», vide MCS.

relação com as outras bases da estratificação social. A concepção de classe de Weber assenta na sua análise mais geral da acção económica num mercado. Weber define a acção económica como uma conduta que procura adquirir, por meios pacíficos, o controlo de bens úteis que deseja<sup>51</sup>. Na terminologia de Weber, esses bens úteis incluem os bens e os serviços. O mercado diferencia-se da troca recíproca directa na medida em que implica uma acção económica especulativa que tem em vista a obtenção de lucros através de um comércio competitivo. As «classes» só surgem após se ter constituído esse mercado — que pode assumir numerosas formas concretas — e que pressupõe, por seu turno, a constituição de uma economia monetária<sup>52</sup>. O dinheiro desempenha neste processo uma função muito importante, possibilitando o cálculo dos valores de troca em termos não já subjectivos, mas antes quantitativos e fixos. As relações económicas libertam-se assim dos laços e obrigações inerentes a uma estrutura comunitária local, passando a ser determinadas de modo mais fluido pelas possibilidades materiais que os indivíduos tenham de colocar no mercado propriedades, bens ou serviços de que disponham. «É a partir desse momento que começam as “lutas de classe”, diz-nos Weber<sup>53</sup>.

A «situação no mercado» de qualquer objecto susceptível de aí ser trocado é definida como «todas as oportunidades de o trocar por dinheiro de que os participantes na relação de troca têm conhecimento, e que os orientam assim na sua competição de preços»<sup>54</sup>. Aqueles que possuem objectos de troca comparáveis (tanto bens, como serviços) participam «em comum de uma componente causal específica das suas possibilidades de vida»<sup>55</sup>. Ou seja, aqueles que se encontram na mesma situação perante o mercado ou «situação de classe», estão sujeitos a exigências económicas semelhantes, que influenciam de forma causal tanto os padrões materiais da sua existência como o tipo de vida pessoal que podem levar. Uma «classe» designa um agregado de indivíduos que assim partilham da mesma situação de classe. Nesse sentido, aqueles que não possuem propriedade própria e que só podem oferecer no mercado os seus serviços são classificados de acordo com os tipos de serviços que podem oferecer, tal como aqueles que possuem propriedade própria podem ser classificados segundo o que possuem e a maneira como utilizam a sua propriedade para fins económicos.

<sup>51</sup> ES.

<sup>52</sup> ES.

<sup>53</sup> ES.

<sup>54</sup> ES.

<sup>55</sup> ES.